

ENTREVISTA DA SEMANA

DRA. NATASHA- CANDIDATA AO GOVERNO DE MT |

“VÃO TER QUE ME ENGOLIR”: JÚLIO CAMPOS CONFIRMA CANDIDATURA À ASSEMBLEIA EM MT APÓS RUMORES DE DESISTÊNCIA



VICTOR OSTETTI

PÁGINA 03

ARTIGO

A missão da advogada trabalhista



MAIS NA PÁGINA 2

“O AGRO NÃO É VERMELHO NEM AZUL” |

Ministro da Agricultura diz que agronegócio não deve ser dividido entre Lula e Bolsonaro

André de Paula afirmou que pretende manter diálogo com produtores de Mato Grosso, independentemente de posições políticas, e citou guerras, custos de insumos e outros desafios enfrentados pelo setor.



O ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, defendeu nesta quinta-feira (27), durante passagem por Cuiabá, que o agronegócio seja tratado como um setor econômico estratégico do país e não como uma extensão da disputa política entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). A declaração ocorre em Mato Grosso, um dos principais polos do agronegócio brasileiro e também um dos estados onde o setor possui forte influência política. Historicamente, parcela significativa das lideranças do campo mantém maior proximidade com partidos e grupos de direita, cenário que ganhou ainda mais força durante o governo Bolsonaro. Pág. 5

ULTIMATO |

PL manda prefeito de Rondonópolis deixar partido após apoio a Pivetta

Cláudio Ferreira declarou voto no governador Otaviano Pivetta, contrariando a candidatura de Wellington Fagundes pelo PL; direção estadual exige desfiliação e ameaça abrir processo de expulsão.



O prefeito de Rondonópolis, Cláudio Ferreira, entrou em rota de colisão com o próprio partido após declarar apoio à reeleição do governador Otaviano Pivetta (Republicanos). A reação do comando estadual do Partido Liberal (PL) foi imediata: o presidente da legenda em Mato Grosso, Ananias Filho, determinou que o prefeito deixe o partido e afirmou que poderá abrir um processo disciplinar caso ele não peça a desfiliação. Pág. 4

ELEIÇÃO 2026 |

Pesquisa coloca Mauro Savi entre os primeiros candidatos do Podemos

Mauro Savi aparece logo após três parlamentares da legenda que já exercem mandato; levantamento também aponta adesão de novos eleitores.



Entre os nomes do Podemos citados na pesquisa espontânea da PercentBrasil para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, os três primeiros colocados exercem atualmente mandato eletivo. Logo na sequência aparece Mauro Savi, primeiro nome da legenda entre os candidatos que hoje estão sem mandato. O levantamento, registrado sob o número MT-03833/2026, ouviu 2.800 eleitores em todo o estado entre os dias 17 e 23 de agosto e mostra que, mesmo após um período afastado da vida pública, Savi permanece entre os nomes lembrados pelo eleitorado do partido. Pág. 8

ELEIÇÃO 2026 |

Jessica e Janaína Riva sobem nas pesquisas, e alerta vermelho acende entre adversários em MT

Campanhas tendem a intensificar agendas, ampliar presença nos municípios e buscar novas alianças para conquistar espaço.

ARTIGO

A missão da advogada trabalhista

Agosto marca a celebração do Dia da Advocacia e traz a oportunidade de refletir sobre a responsabilidade de uma profissão que a Constituição Federal reconheceu como indispensável à administração da Justiça.

A Constituição de 1988 instituiu o Brasil como Estado Democrático de Direito, não apenas uma definição política, mas um sistema que pressupõe direitos, garantias e instrumentos capazes de assegurar sua efetividade. Nesse sistema, a advocacia ocupa posição essencial: onde houver um direito ameaçado ou uma dignidade violada, haverá espaço para a atuação da advogada ou do advogado.

Essa responsabilidade independe da área escolhida para o exercício profissional. Foi dentro dessa missão maior da advocacia que fiz minha escolha profissional: a atuação nas áreas trabalhista e previdenciária, diretamente ligadas à defesa dos direitos sociais.

Na advocacia trabalhista, essa escolha significa atuar em uma relação que ocupa parte substancial da vida humana. O trabalho assegura a subsistência, mas sua importância transcende o salário no fim do mês: é também meio de inserção social, desenvolvimento profissional e, em sua melhor forma, de realização pessoal.

Por isso, quando uma relação de trabalho se desenvolve em desacordo com a lei, suas

consequências podem alcançar a saúde, a vida familiar e a dignidade do trabalhador.

Em minha longa trajetória profissional, compreendi que essa missão não se resume a conhecer a lei, formular pedidos ou obter decisões favoráveis. Exige técnica e experiência, mas exige igualmente escuta, compreensão e sensibilidade. Porque antes de existir um processo, existe uma relação de trabalho; e, antes de existir uma tese jurídica, existe uma história que precisa ser compreendida.

Não se trata, portanto, de uma advocacia de resultado, mas de uma advocacia de responsabilidade: a obtenção de uma sentença favorável e a celebração de um acordo satisfatório constituem objetivos legítimos, mas não podem, isoladamente, definir a qualidade da atuação profissional, que deve ser avaliada pela diligência, pelo conhecimento e pelo compromisso empregados na defesa do direito confiado.

A ESCUTA COMO PONTO DE PARTIDA

Essa responsabilidade começa muito antes do ajuizamento da ação. Começa na escuta.

Ouvir uma cliente ou um cliente não é apenas registrar fatos para enquadrá-los na frieza da legislação: é um ato de acolhimento, que exige atenção ao que é relatado e sensibilidade para perceber circunstâncias que, para o cliente, podem parecer irrelevantes, mas possuem significado jurídico.

A vida raramente cabe por



inteiro nos papéis: o contrato pode atribuir determinada natureza à relação, e a rotina de trabalho revelar outra. É justamente nessa distância entre o formalmente registrado e o efetivamente vivido que, muitas vezes, se encontra o direito a ser defendido.

Por isso, técnica e sensibilidade não são qualidades opostas na advocacia trabalhista: a escuta cuidadosa permite melhor compreensão dos fatos, e a precisão técnica transforma essa realidade em argumento juridicamente sustentável.

CONHECIMENTO TÉCNICO A SERVIÇO DA DIGNIDADE

A missão da advogada trabalhista exige conhecimento que ultrapassa a leitura da legislação. Conhecer a Constituição, a CLT e a jurisprudência é indispensável, mas é igualmente necessário compreender a centralidade que a

Constituição atribuiu à dignidade da pessoa humana e ao valor social do trabalho.

O artigo 7º da Constituição reúne direitos relacionados à remuneração, à jornada, ao descanso, à saúde e à proteção social. Quando a advogada trabalhista busca a efetividade desses direitos, não está apenas discutindo obrigações contratuais: está atuando para assegurar o patamar de proteção que a Constituição reconheceu a quem vive do próprio trabalho.

UMA MISSÃO QUE ACOMPANHA TODA A CONDUÇÃO DA CAUSA

A missão também acompanha a advogada durante toda a condução da causa, impondo análise cuidadosa dos fatos e avaliação permanente das possibilidades de solução do conflito.

Na Justiça do Trabalho, essa solução não precisa decorrer

de sentença: a conciliação pode representar a justa composição dos interesses quando construída de forma consciente, sem ser perseguida a qualquer custo, assim como a sentença não é a única expressão possível de justiça.

Os créditos trabalhistas têm, em regra, natureza alimentar: salários, férias e verbas rescisórias relacionam-se à subsistência de quem trabalhou e de sua família. Por isso, a advogada, mesmo sem controlar o tempo do Judiciário nem poder antecipar resultados, deve exercer sua função com empatia e transparência, informando, traduzindo a linguagem jurídica e acompanhando o cliente com responsabilidade, sem jamais alimentar expectativas irreais.

AS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

A missão da advogada trabalhista também precisa ser compreendida diante das transformações do mercado de trabalho. As plataformas digitais trouxeram novas formas de controle, inclusive por algoritmos, e ampliaram as discussões sobre autonomia, subordinação e os limites entre relações civis e relações de emprego.

O mesmo cuidado se aplica à pejotização: o art. 442-B da CLT disciplina a contratação do autônomo, mas a forma contratual adotada não dispensa a análise das circunstâncias concretas, já que a denominação atribuída pelas partes ao contrato não é suficiente, por si só, para determinar sua verdadeira natureza.

Os elementos caracterizadores da relação de emprego — pessoalidade, não eventualidade, onerosidade e subordinação —, extraídos dos artigos 2º e 3º da CLT, devem ser examinados a partir dos fatos efetivamente vivenciados, e não apenas da forma escolhida para documentar a relação.

Essa talvez seja uma das maiores responsabilidades

da advocacia trabalhista contemporânea: compreender as mudanças sem abandonar os fundamentos que justificam a proteção jurídica do trabalho, o que amplia, também, o dever de atualização profissional permanente.

O EQUILÍBRIO COMO HORIZONTE

Em minha compreensão, a advocacia trabalhista não tem por missão fomentar o conflito entre empregado e empregador. Sua função é contribuir para o equilíbrio das relações, orientar, prevenir, negociar e, quando necessário, provocar o Estado para que entregue a tutela jurisdicional adequada.

É uma missão que exige conhecimento jurídico, prática e experiência, mas que só se completa quando a técnica se alia à dimensão humana da profissão: escuta, compreensão, sensibilidade e postura ética.

Porque, ao final, a atuação da advogada trabalhista não pode ser medida exclusivamente pelo número de processos ajuizados, pelos acordos celebrados ou pelas sentenças favoráveis obtidas. Sua eficiência começa na forma como recebe aquele que lhe confia um problema e permanece durante toda a condução da causa.

A Constituição Federal tornou a advocacia indispensável à administração da Justiça. A missão da advogada trabalhista é dar vida a essa indispensabilidade, todos os dias, na defesa responsável dos direitos sociais e no respeito à dignidade de cada pessoa que trabalha.

É essa a advocacia que escolhi praticar.

ANDRÉA MARIA ZATTAR

Advogada trabalhista e previdenciarista, membro da Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica – ABMCJ; articulista e ativista em causas sociais.

EDITORIAL

VOTO CONSCIENTE



Em períodos eleitorais, cresce a circulação de promessas, discursos emocionados e propostas que, muitas vezes, parecem resolver problemas históricos de forma simples. É justamente nesse cenário que se torna ainda mais importante

a reflexão sobre a escolha do voto.

Avaliar quem irá ocupar cargos públicos não deve ser um ato guiado apenas por simpatia, identidade partidária ou discursos de ocasião. O voto é uma decisão com impacto direto na vida cotidiana: na saúde,

na educação, na infraestrutura, na segurança e na gestão dos recursos públicos.

Por isso, é fundamental observar a trajetória dos candidatos, sua coerência ao longo do tempo, suas responsabilidades anteriores e a capacidade real de executar aquilo que defendem em campanha. Promessas devem ser analisadas com cautela, especialmente quando não vêm acompanhadas de planejamento, dados ou histórico de entrega.

Também é importante considerar o comportamento público dos postulantes ao longo do mandato, ou de suas atuações anteriores em cargos políticos, administrativos ou representativos. A forma como lidam com o diálogo institucional, com a fiscalização e com a prestação de contas diz muito sobre como poderão agir no exercício do poder.

Outro ponto essencial é

buscar informação de diferentes fontes, evitando decisões baseadas apenas em recortes de redes sociais ou conteúdos descontextualizados. O acesso a informações mais amplas ajuda a reduzir distorções e amplia a capacidade de análise.

O voto consciente não significa perfeição na escolha, mas sim responsabilidade na decisão. Em uma democracia, cada eleição é uma oportunidade de correção de rumos, e essa possibilidade depende diretamente da atenção e do critério de cada eleitor.

Mais do que uma obrigação formal, o voto é uma forma de participação ativa na construção do futuro coletivo. E quanto mais qualificada for a avaliação de quem recebe esse voto, mais fortalecidas tendem a ser as instituições e a própria vida pública.

NEXO MT

A INFORMAÇÃO QUE CONECTA MATO GROSSO.



NOTÍCIAS



POLÍTICA



POLÍCIA



CIDADES



ECONOMIA

Acesse agora e fique sempre bem informado.



ACESSE AGORA
nexomt.com.br

DRA. NATASHA- CANDIDATA AO GOVERNO DE MT

LUCAS LEITE

“Vão ter que me engolir”: Júlio Campos confirma candidatura à Assembleia em MT após rumores de desistência



Candidata ao Governo de Mato Grosso, Natasha Shlessarenko apresenta nesta entrevista suas propostas para áreas como saúde, educação, saneamento, segurança pública e gestão fiscal. Médica com mais de duas décadas de atuação na área da saúde, ela aponta o tempo de espera por consultas com especialistas como um dos principais problemas enfrentados pela população mato-grossense.

Ao longo da entrevista, Natasha também fala sobre a promessa de ampliar investimentos públicos sem aumentar impostos, critica o que considera desperdícios e irregularidades na administração estadual e defende maior controle sobre os gastos públicos.

Na área de saneamento, a candidata cita a situação de Várzea Grande, especialmente os problemas relacionados ao abastecimento de água, e afirma que uma concessão para a iniciativa privada seria, inicialmente, uma das alternativas para enfrentar o problema.

Natasha também aborda a política de incentivos fiscais, a transição do ICMS para o IBS com a reforma tributária e a necessidade, segundo ela, de avaliar o retorno dos benefícios concedidos pelo Estado em geração de empregos e renda.

COPopular- A senhora é médica e tem mais de 20 anos de atuação na área da saúde. Na sua avaliação, qual é hoje o principal problema da saúde pública em Mato Grosso e o que precisa ser feito para enfrentá-lo?

Dra. Natasha- Sem sombra de dúvidas, o tempo de espera para consultas com médicos especialistas é um dos maiores problemas da saúde em Mato Grosso. São 78 dias de espera, em média, e isso não acontece apenas em Cuiabá. Eu viajei por mais de 90 municípios com a Caravana Mato Grosso para Todos, e essa é uma reclamação recorrente em praticamente todos os municípios.

COPopular- A senhora apresenta propostas como a realização de concursos públicos, a ampliação de creches e a expansão de serviços do Estado. Diante desse aumento previsto nas despesas, de onde viriam os recursos para financiar essas medidas sem elevar ainda mais a carga tributária em Mato Grosso?

Dra. Natasha- Basta a gente fechar a torneira da roubalheira. Só esses últimos três escândalos que estão aí nas mídias — o escândalo da Oi, com R\$ 308 milhões; o escândalo do MT Par junto ao Parque Novo Mato Grosso, de R\$ 405 milhões; e a CPI da Saúde, que envolve aproximadamente R\$ 1 bilhão — dariam cerca de R\$ 2 bilhões.

E tem outra questão: o governador se gaba de ter R\$ 13 bilhões no cofre. O Estado não é uma empresa, não visa lucro, não tem que ter dinheiro dentro do cofre. Tem que ter dinheiro para colocar a criança na escola, e não fechar a escola, como o Estado tem feito. Tem que ter dinheiro para fazer creches para todas as crianças.

“Ah, não tem dinheiro para fazer creche?” Vamos utilizar as dependências de igrejas e de centros comunitários que já existem, para nenhuma criança ficar fora da creche. Eu quero ser conhecida como governadora que mais fez,

que mais colocou crianças na creche.

Tem que ter dinheiro para cuidar da segurança pública. Não dá para viver em um Estado que é perigoso para nós, mulheres; um Estado que mais mata mulheres.

Então, não vou aumentar a carga tributária. Aliás, estamos aí no primeiro ano de virada da reforma tributária e jamais vou aumentar nenhum tipo de imposto. O que a gente precisa fazer é fechar a torneira da roubalheira, abrir o cofre, não deixar dinheiro guardado lá dentro, ter responsabilidade fiscal, controle sobre o que se gasta e fazer um Estado eficiente, transparente e responsável.

COPopular- A senhora menciona em seu plano de governo metas para o saneamento, mas não detalha medidas emergenciais para municípios que enfrentam problemas graves de abastecimento. Em Várzea Grande, por exemplo, a população convive com a falta de água e a própria gestão municipal afirma ter dificuldades para atender à demanda. Se eleita governadora, quais medidas concretas a senhora pretende adotar para garantir o abastecimento de água em Várzea Grande e em outros municípios que enfrentam situação semelhante?

Dra. Natasha- Várzea Grande é a nossa cidade-irmã. Eu tenho o título de cidadã várzea-grandense e construí a minha empresa, que nesta semana completou nove anos em Várzea Grande. A cidade não tem nem 30% de saneamento básico.

Existe também esse problema histórico da falta de água. Nós precisamos sentar com a Prefei-

tura e com as lideranças para resolver essa questão definitivamente.

Vamos fazer uma concessão. Eu não vejo outra alternativa. Ainda não estou dentro do poder público e preciso me inteirar melhor sobre a situação, mas, a princípio, o que vejo que pode resolver o problema é fazer uma concessão para que uma empresa seja responsável pela distribuição e garanta o abastecimento de água para todos os municípios da nossa cidade-irmã.

COPopular- Em seu plano de governo, a senhora propõe investir 15% da receita em infraestrutura e também prevê mudanças na política de benefícios fiscais, in-

“ Natasha afirma que pretende manter 15% da receita em investimentos e defende maior controle sobre os gastos e os benefícios fiscais concedidos pelo Estado ”

cluindo o fim de incentivos relacionados ao ICMS. Ao mesmo tempo, há alertas de que alterações na política fiscal poderiam afetar o equilíbrio das contas do Estado. Na prática, se eleita governadora, como a senhora pretende conciliar a redução dos benefícios fiscais, o aumento dos investimentos e a manutenção do equilíbrio fiscal de Mato Grosso?

Dra. Natasha- Na verdade, estamos iniciando o primeiro ano da reforma tributária. Então, a questão do ICMS vai se juntar e virar o IBS. Nós precisamos, com urgência, entender que o ICMS é um grande fator de arrecadação do nosso Estado. Precisamos sair da condição de Estado produtor para Estado consumidor, porque, caso contrário, realmente teremos problemas na arrecadação.

Vou manter os 15% de investimento, que é o que o nosso Estado faz hoje, e isso é importante para manter essa pujança. Mas os investimentos precisam ter origem e destinação definidas.

Hoje, o nosso Estado está sendo governado para muito poucos.

Temos aqui 500 mil pessoas que passam fome e escolas sendo fechadas. Que prioridade é essa?

Outra coisa que você me perguntou foi sobre gestão digital. Não, não foi gestão digital. Foi outra questão que eu estava pensando para falar e acabei me perdendo. Mas, veja, sempre dentro da responsabilidade fiscal, precisamos fazer um ordenamento para que, respeitando os limites fiscais, possamos sentar com as pessoas responsáveis pelo planejamento e fazer um controle muito rigoroso daquilo que o Estado gasta em relação ao que arrecada.

Precisamos mudar o nosso Estado de produtor para consumidor, porque, caso contrário, teremos muitos problemas. E como se muda isso? Industrializando e trazendo empresas para o nosso Estado.

Em relação a isenção fiscal. Nós precisamos ter isenção fiscal com começo, meio e fim. E precisamos, mais do que isso, conhecer o retorno que essa isenção fiscal está trazendo para a nossa sociedade: quantos empregos estão sendo gerados, quanto de renda está sendo movimentado. Infelizmente, isso não é medido.



ULTIMATO

REDAÇÃO

PL manda prefeito de Rondonópolis deixar partido após apoio a Pivetta

Cláudio Ferreira declarou voto no governador Otaviano Pivetta, contrariando a candidatura de Wellington Fagundes pelo PL; direção estadual exige desfiliação e ameaça abrir processo de expulsão.

O prefeito de Rondonópolis, Cláudio Ferreira, entrou em rota de colisão com o próprio partido após declarar apoio à reeleição do governador Otaviano Pivetta (Republicanos). A reação do comando estadual do Partido Liberal (PL) foi imediata: o presidente da legenda em Mato Grosso, Ananias Filho, determinou que o prefeito deixe o partido e afirmou que poderá abrir um processo disciplinar caso ele não peça a desfiliação.

A decisão foi comunicada nesta sexta-feira (28), poucas horas depois de Cláudio Ferreira contrariar a orientação do PL e manifestar publicamente seu apoio a Pivetta. O conflito expõe uma disputa que vai além da escolha pessoal do prefeito e envolve a estratégia eleitoral da legenda em Mato Grosso.

O PL possui candidatura própria ao Governo do Estado com o senador Wellington Fagundes. Ao declarar voto em Pivetta, Cláudio Ferreira passou a apoiar diretamente um adversário do candidato do próprio partido.

Ananias Filho classificou a atitude do prefeito como uma traição à legenda e afirmou que pretende encaminhar uma carta para exigir a saída de Cláudio do PL.

“Não vou conversar com traidor do partido. Recebeu fundo eleitoral e choramingava para ter fundo eleitoral. Eu vou mandar uma carta exigindo que ele deixe o partido; caso contrário, irei abrir processo disciplinar contra ele”, declarou Ananias ao site Gazeta Digital.

O dirigente também afirmou que Cláudio tem a possibilidade de deixar a legenda espontaneamente. Caso isso não aconteça, segundo Ananias, o partido poderá iniciar os procedimentos internos para expulsão.

Apoio foi declarado em evento político

O episódio que de-



sencadeou a crise ocorreu na noite de quinta-feira (27), durante um evento político em Rondonópolis.

Diante de lideranças e apoiadores, Cláudio Ferreira afirmou que seu candidato ao Governo de Mato Grosso é Otaviano Pivetta, apesar de o governador pertencer ao Republicanos e estar concorrendo contra o nome lançado pelo PL.

“Meu candidato a governador é Otaviano Pivetta. E eu sei, meus amigos, que eu vou pagar um preço porque ele não faz parte do meu partido”, afirmou o prefeito.

Na sequência, Cláudio justificou a decisão com um argumento de caráter pessoal e político. Para ele, as siglas partidárias devem funcionar como instrumentos para representar a população e não como estruturas que determinem todas as escolhas dos seus integrantes.

“Os partidos existem para as pessoas e não as pessoas existem para os partidos”, declarou.

O prefeito também fez elogios à atuação de Pivetta no Executivo estadual e afirmou que passou a admirar o governador ainda mais depois de assumir a Prefeitura



de Rondonópolis.

Segundo Cláudio, a capacidade de gestão e a forma de tratar as pessoas foram fatores determinantes para sua decisão de apoiar a candidatura à reeleição.

“Servir as pessoas com generosidade e com empatia é o que me faz apoiar o senhor. É por isso que eu apoio o senhor”, disse.

CONFLITO COLOCA PREFEITO CONTRA ESTRATÉGIA DO PL

A crise tem como pano de fundo uma das principais disputas políticas de Mato Grosso para as próximas eleições.

O PL decidiu lançar Wellington Fagundes para disputar o Governo do Estado, enquanto Pivetta, atual governador, busca permanecer no cargo. O apoio de um prefeito filiado ao PL ao candidato de outro partido representa, portanto, uma ruptura com a estratégia eleitoral definida pela direção partidária.

A situação é especialmente relevante porque Rondonópolis é um dos principais municípios de Mato Grosso e possui peso político e

econômico significativo no Estado.

Cláudio Ferreira foi eleito prefeito pelo PL e passou a ocupar uma posição de destaque dentro da legenda. Antes do rompimento, ele também exercia funções partidárias locais.

Segundo Ananias Filho, Cláudio foi destituído da presidência do PL de Rondonópolis após o episódio.

“Se ele tiver dignidade e caráter, pede desfiliação. O destino dele foi o que foi traçado aos outros prefeitos. Ele foi destituído da presidência do PL de Rondonópolis”, afirmou o dirigente.

A declaração indica que a direção estadual pretende endurecer a relação com o prefeito e não vê o apoio a Pivetta como uma divergência política isolada.

PARTIDO PODE ABRIR PROCESSO DISCIPLINAR

Caso Cláudio Ferreira não deixe o PL voluntariamente, a direção estadual afirma que pretende abrir um processo disciplinar para avaliar sua expulsão.

A possibilidade coloca o prefeito diante de uma situação politicamente delicada. Per-

manecer na legenda significaria enfrentar um processo interno justamente no momento em que sua posição pública já diverge da candidatura oficial do partido ao Governo do Estado.

Por outro lado, uma eventual saída voluntária encerraria o vínculo partidário sem a necessidade de uma expulsão, mas também representaria uma ruptura formal com a legenda pela qual ele chegou à Prefeitura de Rondonópolis.

A questão ainda pode gerar novos desdobramentos jurídicos e políticos, especialmente porque a legislação eleitoral estabelece regras específicas sobre filiação partidária, mandatos e mudanças de partido.

PREFEITO DE-SAFIA ORIENTAÇÃO PARTIDÁRIA

A declaração de apoio a Pivetta também expõe uma diferença entre a estratégia nacional e estadual do PL e os interesses políticos de lideranças municipais.

Partidos podem definir candidaturas e orientar seus filiados durante períodos eleitorais, mas prefeitos e parlamentares também precisam administrar relações políticas locais. Em muitos casos, essas relações não coincidem integralmente com as decisões tomadas pelas direções partidárias.

No caso de Rondonópolis, Cláudio Ferreira optou por tornar pública sua preferência por Pivetta mesmo sabendo que a decisão poderia provocar consequências dentro do próprio partido.

Ele próprio antecipeu essa possibilidade durante o discurso.

Ao afirmar que sabia que “pagaria um preço” por apoiar um candidato de outra legenda, o prefeito demonstrou ter consciência de que sua posição contrariava a orientação oficial do PL.

A reação de Ananias Filho confirmou essa previsão poucas horas depois.

DISPUTA PODE MUDAR ALIANÇAS EM RONDONÓPOLIS

O episódio também pode provocar mudanças no cenário político de Rondonópolis.

A cidade é considerada estratégica para qualquer candidatura ao Governo de Mato Grosso e concentra uma parcela importante do eleitorado do Estado. O posicionamento do prefeito pode influenciar aliados, vereadores, lideranças comunitárias e outros integrantes do grupo político que o acompanha.

Ao mesmo tempo, a reação da direção estadual do PL demonstra que a legenda pretende manter unidade em torno da candidatura de Wellington Fagundes.

A partir de agora, o partido terá de decidir se levará adiante um processo de expulsão ou se aceitará uma eventual desfiliação do prefeito.

Também será necessário observar como Cláudio Ferreira irá conduzir sua relação com o PL caso permaneça formalmente filiado durante o período de transição de um eventual processo disciplinar.

CRISE AINDA ESTÁ NO INÍCIO

Até o momento, a crise entre Cláudio Ferreira e o PL está concentrada no campo político e partidário. O prefeito declarou apoio a Pivetta, enquanto a direção estadual anunciou que pretende exigir sua saída da legenda.

O próximo passo dependerá da decisão do próprio prefeito e das medidas adotadas pelo partido.

A situação também mostra como a disputa pelo Governo de Mato Grosso já começa a produzir efeitos dentro das próprias siglas. Em Rondonópolis, a escolha de Cláudio Ferreira abriu uma crise entre um prefeito eleito pelo PL e a direção estadual do partido, justamente porque ele decidiu apoiar o principal adversário da legenda na corrida pelo Palácio Paiaaguás.

Enquanto Cláudio defende que sua escolha deve ser orientada por quem considera mais preparado para governar, o comando do PL sustenta que a fidelidade à estratégia partidária deve ser respeitada.

O embate, portanto, ainda está longe de terminar e poderá ganhar novos capítulos caso o prefeito decida permanecer no partido e enfrentar o processo disciplinar anunciado pela direção estadual.

SÃO MAIS DE

30.000 MIL

EXEMPLARES

ENTREGUES GRATUITAMENTE

JORNAL

CENTRO OESTE POPULAR

A INFORMAÇÃO QUE CHEGA ONDE VOCÊ ESTÁ!

CENTRO OESTE

Popular

“O AGRO NÃO É VERMELHO NEM AZUL”

REDAÇÃO

Ministro da Agricultura diz que agronegócio não deve ser dividido entre Lula e Bolsonaro

André de Paula afirmou que pretende manter diálogo com produtores de Mato Grosso, independentemente de posições políticas, e citou guerras, custos de insumos e outros desafios enfrentados pelo setor.

O ministro da Agricultura e Pecuária, André de Paula, defendeu nesta quinta-feira (27), durante passagem por Cuiabá, que o agronegócio seja tratado como um setor econômico estratégico do país e não como uma extensão da disputa política entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A declaração ocorre em Mato Grosso, um dos principais polos do agronegócio brasileiro e também um dos estados onde o setor possui forte influência política. Historicamente, parcela significativa das lideranças do campo mantém maior proximidade com partidos e grupos de direita, cenário que ganhou ainda mais força durante o governo Bolsonaro.

Mesmo diante desse ambiente, o ministro afirmou que pretende manter uma postura de diálogo com produtores rurais, entidades representativas e lideranças do setor, independentemente das preferências políticas de cada grupo.

Para André de Paula, a tentativa de dividir o agronegócio entre esquerda e direita dificulta a construção de políticas capazes de atender às necessidades de produtores de diferentes regiões e segmentos.

“O agro não é azul nem é vermelho, o agro não é lulista nem bolsonarista, o agro não é de esquerda nem de direita”, declarou.

Segundo o ministro, o setor deveria ser encarado como um ponto de convergência nacional por sua importância econômica, pela geração de empregos e pela participação nas exportações brasileiras.

A estratégia defendida por ele é buscar pautas consideradas comuns e estabelecer negociações diretamente com produtores e representantes do setor.

RESISTÊNCIA AO GOVERNO LULA

A relação entre o governo Lula e parte do agronegócio é um dos pontos mais delicados da política nacional. Durante a campanha presidencial de 2022,



grande parte das lideranças rurais apoiou Bolsonaro, enquanto Lula construiu sua base eleitoral principalmente em outros setores da sociedade.

Desde o início do atual mandato, integrantes do governo federal têm buscado reduzir essa distância com medidas voltadas ao financiamento da produção, comércio exterior, seguro rural e ampliação de mercados para produtos brasileiros.

Questionado sobre a resistência de parte do agronegócio ao governo, André de Paula colocou em dúvida a dimensão desse movimento, mas afirmou que eventuais divergências devem ser enfrentadas por meio de resultados concretos.

“Essa resistência, se é que ela existe, a gente vence com resultados, a gente vence sentando na mesa, conversando com as pessoas, mostrando que nós estamos cumprindo a nossa parte”, afirmou.

Na avaliação do ministro, a relação entre governo e setor produtivo não precisa estar condicionada à concordância política.

A ideia é que produtores e entidades possam apresentar reivindicações ao Ministério da Agricultura mesmo quando discordam da orientação política do governo federal.

Mato Grosso como cenário estratégico

A escolha de Cuiabá para a agenda do ministro ocorre em um estado central para a

produção agropecuária brasileira.

Mato Grosso lidera a produção nacional de diversas commodities agrícolas e possui uma economia fortemente ligada à produção de soja, milho, algodão e proteína animal. O desempenho do setor influencia diretamente a arrecadação, o comércio, os serviços e a geração de empregos no estado.

Ao mesmo tempo, os produtores mato-grossenses enfrentam problemas que não dependem exclusivamente das decisões tomadas dentro do país.

Entre eles estão custos de produção, condições climáticas, logística, disponibilidade de crédito, preços internacionais e acesso a insumos.

Outro fator citado pelo ministro são os conflitos internacionais.

GUERRAS AFETAM CUSTOS DA PRODUÇÃO

André de Paula afirmou que o agronegócio está submetido a um cenário internacional de incertezas. Segundo ele, além dos desafios tradicionais da atividade rural, conflitos armados em diferentes regiões do mundo podem provocar efeitos sobre preços e disponibilidade de produtos essenciais para a produção.

Entre os exemplos citados estão fertilizantes e diesel.

O Brasil possui forte dependência externa de alguns fertilizantes

utilizados em larga escala pela agricultura. Qualquer interrupção nas cadeias internacionais de fornecimento ou aumento significativo nos preços pode elevar os custos de produção para os agricultores.

O diesel também tem impacto direto no setor, já que é utilizado no transporte de insumos, máquinas agrícolas e produção.

Nesse contexto, decisões tomadas em outros países podem chegar ao produtor brasileiro por meio dos preços e da disponibilidade de produtos.

Para o ministro, esse cenário reforça a necessidade de diálogo entre governo e setor produtivo.

Divergências políticas não desaparecem

A defesa de uma aproximação institucional, entretanto, não significa que as diferenças entre o governo Lula e parte do agronegócio tenham deixado de existir.

Temas como meio ambiente, fiscalização, reforma agrária, políticas para povos indígenas, crédito rural, tributação e relações comerciais frequentemente geram divergências entre produtores rurais e integrantes do governo federal.

Em Mato Grosso, essas discussões costumam ganhar ainda mais peso por causa da dimensão da atividade agropecuária e da influência política de produtores e entidades ligadas ao setor.

O desafio colocado por André de Paula é

justamente tentar separar essas divergências da necessidade de manter canais de negociação.

Na prática, isso significa que o Ministério da Agricultura precisa conversar tanto com setores que apoiam o governo quanto com aqueles que fazem oposição.

MINISTRO DEFENDE PONTOS EM COMUM

Durante a fala em Cuiabá, André de Paula afirmou que sua prioridade é identificar temas nos quais governo e produtores possam trabalhar conjuntamente.

“Eu prefiro olhar os pontos que me fazem convergir”, afirmou.

O ministro também disse ter consciência da responsabilidade de comandar uma pasta que representa um dos setores mais importantes da economia brasileira.

Para ele, a função de liderança exige capacidade de reunir grupos diferentes em torno de objetivos comuns.

A declaração também representa uma tentativa de deslocar o debate sobre o agronegócio de uma disputa estritamente eleitoral para uma discussão sobre políticas públicas.

A produção rural depende de decisões que envolvem diferentes ministérios e instituições, além de governos estaduais e municipais. Questões como infraestrutura, crédito, seguro rural, defesa sanitária, comércio exterior e logística exigem articulação entre diferentes áreas.

Nesse cenário, uma relação conflituosa entre governo e setor produtivo pode dificultar negociações sobre medidas necessárias para enfrentar problemas específicos.

DISPUTA POLÍTICA DEVE CONTINUAR NO CENÁRIO ELEITORAL

A fala do ministro também ocorre em um momento em que a disputa política entre Lula e Bolsonaro continua influenciando o debate nacional.

Embora Bolsona-

ro esteja inelegível até 2030 por decisão da Justiça Eleitoral, seu grupo político mantém forte presença no debate eleitoral e entre setores conservadores. Lula, por sua vez, busca manter sua base política e ampliar apoio entre segmentos econômicos que tradicionalmente demonstram resistência ao PT.

O agronegócio aparece nesse contexto como um dos setores mais disputados politicamente.

Em estados como Mato Grosso, a capacidade de diálogo com produtores pode ter peso não apenas na formulação de políticas públicas, mas também na construção de alianças políticas.

André de Paula, no entanto, procurou evitar que sua atuação à frente do Ministério da Agricultura seja associada a essa disputa.

A mensagem apresentada em Cuiabá foi de que o setor produtivo possui interesses próprios e desafios que ultrapassam as diferenças entre grupos políticos.

Ao defender que o agronegócio não seja classificado como “azul” ou “vermelho”, o ministro tenta criar uma narrativa de aproximação institucional em um ambiente marcado por forte polarização.

A eficácia dessa estratégia dependerá, na prática, da capacidade do governo de transformar o discurso de diálogo em medidas que atendam às demandas do setor.

Para o ministro, contudo, o caminho passa pela mesa de negociação e pela apresentação de resultados.

“Eu sei que a mim cabe liderar um setor e ninguém lidera um setor sentando na mesa e dividindo o setor em azul e vermelho”, concluiu.

A declaração resume a estratégia defendida por André de Paula: reduzir a influência da polarização política na relação entre governo e agronegócio e concentrar a interlocução em temas econômicos, produtivos e estruturais que afetam diretamente o campo.

UM MILHÃO/MÊS
DE ACESSOS

CENTRO GESTE

Popular

28 ANOS

WWW.COPOPULAR.COM.BR

“PRECISA SE REINVENTAR”

REDAÇÃO

Abílio diz que compras pela internet esvaziam comércio de Cuiabá e critica Lula e STF pela insegurança

Prefeito defendeu a criação de espaços de gastronomia e lazer no centro e afirmou que o combate à criminalidade depende de mudanças nas regras nacionais e de ações conjuntas

O prefeito de Cuiabá, Abílio Brunini (PL), afirmou que a perda de movimento no comércio da região central da capital mato-grossense está diretamente relacionada à mudança nos hábitos de consumo e ao crescimento das compras pela internet. Para o prefeito, os comerciantes precisam encontrar novas formas de atrair o público, enquanto a recuperação da segurança nas ruas depende, segundo ele, de mudanças nas regras nacionais e de uma atuação conjunta entre os órgãos públicos.

As declarações foram feitas nesta terça-feira (25), durante uma discussão sobre os problemas enfrentados pelo centro de Cuiabá. Abílio citou a expansão do comércio eletrônico como um fenômeno que ultrapassa as fronteiras da capital e atinge centros comerciais de diferentes cidades brasileiras.

Na avaliação do prefeito, a facilidade de comprar produtos pelo celular e recebê-los em casa reduziu a necessidade de deslocamento até lojas físicas. Com isso, estabelecimentos tradicionais passaram a disputar consumidores não apenas com empresas instaladas em outros bairros, mas também com plataformas digitais.

A consequência, segundo Abílio, é que o centro precisa oferecer algo que o consumidor não encontra na mesma experiência ao fazer uma compra pela internet.

“Os centros comerciais precisam se reinventar”, afirmou.

A avaliação do prefeito ocorre em meio a discussões sobre a situação econômica e urbana do centro histórico e comercial de Cuiabá, região que concentra lojas, serviços, equipamentos públicos e pontos tradicionais de circulação de moradores.

Prefeitura estuda mudanças na região central

Como uma das possibilidades para aumentar o fluxo de pessoas, Abílio defendeu intervenções urbanas capazes de transformar determinadas áreas em espaços de convivência, lazer e alimentação.

Entre os locais citados pelo prefeito está a Rua 13 de Junho. A ideia apresentada por ele envolve a possibilidade de criação de um calçadão e de uma feira, acompanhados de atividades gastronômicas e outras atrações.

A proposta parte da tentativa de mudar a lógica de funciona-

mento do centro. Em vez de depender exclusivamente da venda de produtos, a região poderia passar a oferecer experiências capazes de estimular a permanência dos visitantes.

Na avaliação do prefeito, restaurantes, eventos, feiras e atividades culturais poderiam funcionar como mecanismos de atração de público, inclusive em um cenário em que parte dos produtos pode ser comprada pela internet.

O objetivo seria criar motivos para que as pessoas continuem frequentando fisicamente a região central, mesmo quando a compra de determinados produtos deixou de exigir a presença do consumidor em uma loja.

Abílio afirmou que, caso o centro não acompanhe essas mudanças, a tendência será de perda gradual de relevância comercial.

A proposta, entretanto, ainda depende de estudos, planejamento e definição de investimentos para que eventuais intervenções sejam efetivamente executadas.

Segurança entra no debate

Além da questão econômica, o prefeito relacionou a redução do movimento no centro à insegurança e aos furtos registrados na região.

Segundo Abílio, comerciantes convivem com situações recorrentes envolvendo furtos e pessoas em situação de vulnerabilidade social, incluindo usuários de drogas. Ele argumentou que as forças de segurança realizam prisões, mas que parte dos suspeitos volta rapidamente às ruas.

Ao fazer essa avaliação, o prefeito direcionou críticas ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e afirmou que mudanças nas regras nacionais seriam necessárias para produzir efeitos mais duradouros no combate à criminalidade.

A declaração representa uma posição política do prefeito e não constitui, por si só, uma comprovação de que a política do governo federal seja responsável pelo aumento de furtos no centro de Cuiabá.

A questão da segurança pública envolve diferentes níveis de governo. A atuação ostensiva das polícias militares é responsabilidade dos Estados, enquanto municípios possuem atribuições próprias, principalmente em áreas como



prevenção, ordenamento urbano, assistência social e atuação de guardas municipais, onde existentes.

No caso de Cuiabá, o enfrentamento dos problemas do centro também envolve órgãos estaduais e o sistema de Justiça.

Crítica a decisão do STF

Abílio também criticou decisões judiciais relacionadas ao atendimento da população em situação de rua. Durante a fala, ele mencionou uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) relatada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

O prefeito argumentou que determinadas exigências relacionadas à abordagem e ao atendimento das pessoas em situação de rua limitariam medidas mais rígidas por parte do poder público.

Entre as medidas citadas por ele estão a oferta de água, alimentação, locais para dormir e espaços destinados à guarda de pertences.

A declaração, contudo, simplifica uma questão que envolve direitos fundamentais e políticas públicas voltadas à população em situação de rua. A atuação do poder público nessa área precisa observar parâmetros legais e decisões judi-

ciais, além de políticas de assistência social e saúde.

A existência de proteção e atendimento a pessoas em situação de rua também não significa, por si só, autorização para a prática de crimes. Eventuais furtos ou outros delitos continuam sujeitos à investigação, prisão quando cabível e responsabilização conforme a legislação.

Prefeitura defende atuação conjunta

Apesar das críticas direcionadas ao governo federal e ao STF, Abílio afirmou que a solução para os problemas do centro não depende exclusivamente da Prefeitura de Cuiabá.

Na avaliação do prefeito, seria necessária uma atuação articulada entre o município, o Governo de Mato Grosso, o Ministério Público Estadual e o Tribunal de Justiça. Ele citou experiências desenvolvidas em São Paulo como referência para uma abordagem mais integrada.

A intenção seria combinar medidas de segurança, assistência social, saúde e ordenamento urbano.

O município já mantém ações voltadas à população em situação de rua por meio das áreas de assistência e saúde. O desafio apontado pelo prefeito é estabelecer uma estratégia mais ampla

que consiga, ao mesmo tempo, oferecer atendimento social e enfrentar situações de criminalidade e ocupação irregular dos espaços públicos.

A discussão também envolve a necessidade de diferenciar situações de vulnerabilidade social de casos em que há suspeita ou comprovação de crimes.

Comércio precisa competir com uma nova realidade

A fala de Abílio sobre o comércio eletrônico coloca outro desafio para a região central: a transformação do comportamento do consumidor.

A expansão das compras pela internet modificou a relação entre lojas físicas e consumidores. Hoje, parte das compras pode ser feita pelo celular, com comparação de preços entre diferentes fornecedores e entrega diretamente na residência.

Para os comerciantes do centro, isso significa que simplesmente oferecer produtos pode não ser suficiente para manter o fluxo de clientes.

A proposta de criar espaços gastronômicos, feiras e áreas de convivência apresentada pelo prefeito segue justamente essa lógica: transformar a visita ao centro em uma experiência que não possa ser totalmente substituída por uma compra feita

pela internet.

Essa mudança, porém, depende de mais fatores do que intervenções físicas. Segurança, estacionamento, transporte público, limpeza, conservação das ruas, acessibilidade e programação cultural também influenciam a decisão de moradores e visitantes de frequentar uma determinada região.

Por isso, a revitalização do centro envolve tanto questões econômicas quanto urbanas e sociais.

Enquanto a Prefeitura discute possíveis intervenções na Rua 13 de Junho e em outras áreas, o debate sobre segurança permanece como um dos principais obstáculos apontados por comerciantes e frequentadores.

Abílio defende que a resposta precisa envolver diferentes instituições e níveis de governo. Ao mesmo tempo, responsabiliza o governo federal e decisões do STF por parte das dificuldades enfrentadas no combate à criminalidade.

As propostas apresentadas ainda deverão ser transformadas em medidas concretas para que seja possível avaliar se a combinação entre revitalização urbana, novas atividades comerciais e políticas de segurança será capaz de recuperar o movimento no centro de Cuiabá.



“ESTOU ESGOTADA”

REDAÇÃO

Ex-secretária da Saúde depõe à CPI e diz que Justiça já afastou sua responsabilidade

Caroline Campos respondeu a cerca de 70 perguntas dos deputados, citou decisões judiciais que, segundo ela, afastaram sua responsabilização e defendeu ações realizadas durante a pandemia.

A ex-secretária adjunta de Saúde de Mato Grosso, Caroline Dobes, prestou depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Saúde da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) e afirmou que os questionamentos relacionados à sua atuação na Secretaria de Estado de Saúde (SES) já foram analisados pelo Poder Judiciário.

Durante a oitiva, Caroline respondeu às perguntas dos deputados e apresentou sua versão sobre decisões tomadas durante o período em que integrou a administração estadual. Após o depoimento, em conversa com jornalistas, disse considerar importante ter a oportunidade de apresentar documentos e informações diretamente aos parlamentares.

A ex-gestora também afirmou que sua atuação foi pautada pela legalidade e citou decisões judiciais que, segundo ela, afastaram sua responsabilização criminal em investigações relacionadas à gestão da Saúde.

“Nenhum ato de autoridade, num processo tão sensível como esse, pode ser considerado desnecessário”, declarou.

Caroline avaliou que a participação na CPI representa uma oportunidade para esclarecer pontos que, na visão dela, ainda não haviam sido apresentados publicamente de maneira completa.

Ela também afirmou ter agradecido aos integrantes da comissão pela possibilidade de prestar esclarecimentos em um ambiente que classificou como técnico e democrático.

EX-SECRETÁRIA DIZ QUE NÃO FOI DENUNCIADA

Um dos principais pontos destacados por Caroline após a oitiva foi sua situação perante a Justiça.

Segundo a ex-secretária, ela chegou a ser investigada em processos relacionados aos fatos apurados, mas posteriormente foi retirada do rol de acusados e não chegou a responder como ré.

Caroline afirmou que apresentou documentos ao Poder Judiciário e que as provas produzidas durante as investigações foram analisadas antes da decisão de afastar sua

responsabilização.

“Mesmo tendo uma decisão que já me excluiu dessa investigação, eu sequer me tornei ré”, afirmou.

Ela também mencionou uma investigação na Justiça Federal e disse que não houve recebimento de denúncia contra ela.

As declarações foram apresentadas pela ex-gestora como argumento para sustentar que sua participação nos fatos investigados não resultou em responsabilização criminal.

A situação processual mencionada por Caroline, contudo, deve ser analisada de acordo com as decisões e documentos de cada processo, já que a existência de uma CPI e a apuração administrativa ou política não significam, necessariamente, que uma pessoa seja ré ou tenha cometido um crime.

A comissão parlamentar possui atribuição própria para investigar fatos determinados e pode reunir documentos, ouvir testemunhas e autoridades e encaminhar suas conclusões aos órgãos competentes.

CAROLINE REBATE CRÍTICAS SOBRE ATUAÇÃO NA PANDEMIA

Além dos aspectos jurídicos, a ex-secretária utilizou a entrevista após o depoimento para defender sua atuação durante o período mais crítico da pandemia de Covid-19.

Caroline contestou a forma como, segundo ela, sua imagem passou a ser associada negativamente à Secretaria de Saúde e afirmou que projetos desenvolvidos durante sua passagem pela pasta tiveram como objetivo ampliar o atendimento à população.

Entre as iniciativas citadas está um centro de triagem criado durante a pandemia.

Segundo Caroline, o projeto foi desenvolvido sob sua responsabilidade e tinha como objetivo oferecer atendimento à população em um período marcado pela sobrecarga dos serviços de saúde.

“Os trabalhos que eu fiz sempre foram em favor da sociedade”, afirmou.

A ex-gestora também rejeitou o que chamou de rótulo pejorativo utilizado para se referir a ela como “mulher da SES”.



Para Caroline, a exposição pública não representa sua trajetória profissional e desconsidera os projetos que, segundo ela, foram implementados durante sua atuação na secretaria.

“Se eu sou uma mulher da SES, eu sou uma mulher que trabalha e que tirou grandes projetos assistenciais para salvar a população de Mato Grosso num momento crítico da pandemia”, declarou.

DEPOIMENTO OCORRE EM MEIO A EXPOSIÇÃO PÚBLICA

Depois de responder aos deputados, Caroline afirmou estar emocionalmente desgastada pelo período de investigações e pela exposição pública relacionada aos casos.

A ex-secretária disse que passou anos convivendo com acusações e críticas e que aguardava uma oportunidade para apresentar sua versão com base em documentos.

“Eu estou de verdade esgotada”, afirmou.

Segundo ela, a intenção sempre foi apresentar informações de maneira formal, evitando acusações contra terceiros e se baseando em documentos.

Caroline também afirmou que respondeu a aproximadamente 70 questionamentos feitos pelos integrantes da CPI.

O volume de perguntas, de acordo com a ex-secretária, contribuiu para o desgaste físico e emocional que relatou após a sessão.

Ela disse ainda que tem enfrentado dificuldades para dormir em razão da pressão provocada pelo processo de

exposição pública.

Apesar disso, afirmou que pretende continuar colaborando com os esclarecimentos solicitados pela comissão.

CPI INVESTIGA CONTRATOS E SUSPEITAS NA SAÚDE

A CPI da Saúde da Assembleia Legislativa foi criada para investigar suspeitas relacionadas à administração da Secretaria de Estado de Saúde em diferentes períodos.

Os trabalhos abrangem fatos ocorridos entre 2019 e 2025 e incluem contratos, procedimentos de contratação, pagamentos e outras decisões administrativas adotadas durante o período.

Entre os temas analisados pelos deputados estão suspeitas de irregularidades em processos de contratação durante a pandemia, pagamentos indenizatórios e possíveis problemas relacionados à administração de hospitais regionais.

A comissão também acompanha uma denúncia envolvendo um suposto ataque hacker que, segundo informações apresentadas à CPI, poderia ter provocado prejuízo estimado em até R\$ 500 milhões aos cofres públicos.

O valor e as circunstâncias do suposto prejuízo ainda fazem parte das apurações da comissão e não representam, neste momento, uma conclusão definitiva sobre eventual responsabilidade criminal ou administrativa.

A CPI deverá reunir documentos, depoimentos e informações técnicas antes de apresentar

um relatório final.

PRÓXIMO DEPOIMENTO SERÁ DE GILBERTO FIGUEIREDO

A comissão pretende avançar agora para os depoimentos de outros ex-integrantes da Secretaria de Estado de Saúde.

O próximo nome previsto é o do ex-secretário Gilberto Figueiredo, que deverá ser ouvido pelos deputados na quarta-feira (2).

A oitiva havia sido adiada anteriormente em razão do período eleitoral e é considerada relevante para a fase atual das investigações.

Figueiredo deverá ser questionado sobre decisões administrativas, contratos e procedimentos adotados durante o período em que esteve à frente da secretaria.

A convocação faz parte da estratégia da comissão de ouvir agentes públicos que ocuparam posições de comando na Saúde e confrontar os depoimentos com documentos e informações já reunidos pelos parlamentares.

CPI ainda terá de transformar depoimentos em conclusões

O depoimento de Caroline não encerra as investigações relacionadas à sua gestão. A comissão ainda deverá analisar documentos apresentados durante a oitiva e comparar as informações com outros depoimentos e dados obtidos ao longo dos trabalhos.

Uma CPI não exerce função de julgamento criminal. Ao final, os deputados deverão apre-

sentar um relatório com suas conclusões e, caso sejam identificados indícios de irregularidades ou crimes, poderão encaminhar as informações ao Ministério Público, Tribunal de Contas ou outros órgãos competentes.

Isso significa que as declarações feitas por Caroline e pelos demais envolvidos ainda passarão pelo processo de análise da comissão.

A ex-secretária, por sua vez, sustenta que sua situação judicial já foi esclarecida e que as decisões citadas por ela afastaram sua responsabilidade criminal nos casos em que foi investigada.

Enquanto a CPI continua avançando, a comissão terá pela frente a tarefa de separar acusações, versões individuais, documentos e eventuais provas para estabelecer quais fatos efetivamente ocorreram e se houve responsabilidade de agentes públicos ou empresas envolvidas nos contratos analisados.

O depoimento de Gilberto Figueiredo, previsto para a próxima quarta-feira, deverá acrescentar novos elementos à apuração. A expectativa é que os parlamentares utilizem a oitiva para esclarecer decisões tomadas durante sua gestão e confrontar informações com os documentos já reunidos.

Até a conclusão do relatório, as responsabilidades individuais eventualmente apontadas pela CPI ainda dependerão da análise dos elementos produzidos durante a investigação e, quando necessário, da avaliação dos órgãos competentes.

SÃO MAIS DE
30.000 MIL EXEMPLARES
ENTREGUES GRATUITAMENTE

É O JORNAL CENTRO OESTE POPULAR NAS RUAS.

CENTRO OESTE
Popular

ELEIÇÃO 2026

MAYKOM MILAS

Jessica e Janaína Riva sobem nas pesquisas, e alerta vermelho acende entre adversários em MT

Campanhas tendem a intensificar agendas, ampliar presença nos municípios e buscar novas alianças para conquistar espaço.

A disputa política em Mato Grosso ganhou novos contornos com a ascensão de Jessica e Janaína Riva nas pesquisas de intenção de voto. O crescimento das duas começa a chamar atenção no cenário estadual e aumenta a pressão sobre os demais grupos que se movimentam de olho nas próximas eleições.

A evolução dos números coloca Jessica e Janaína Riva em uma posição de maior destaque na corrida eleitoral. O resultado também acende o chamado “alerta vermelho” entre adversários, que passam a acompanhar com mais atenção o desempenho das duas e o comportamento do eleitorado mato-grossense.

Em uma disputa marcada por articulações e possíveis mudanças de cenário, o crescimento nas pesquisas pode ter efeito direto sobre as estratégias dos concorrentes. Campanhas tendem a intensificar agendas, ampliar presença nos municípios e buscar novas alianças para conquistar espaço.

Para Jessica e Janaína Riva, o desafio agora é transformar a tendência apontada pelos levantamentos em crescimento consistente. Já para os adversários, a missão é conter o avanço antes que ele se consolide e altere de maneira mais profunda o equilíbrio da disputa em Mato Grosso.

O cenário ainda está em movimento, e novas pesquisas deverão ser decisivas para confirmar se a subida representa



uma tendência du- porém, já ficou evi- naína Riva entraram radar dos adversá-
radoura. Uma coisa, dente: Jessica e Ja- definitivamente no rios em Mato Grosso.

ELEIÇÃO 2026

REDAÇÃO

Pesquisa coloca Mauro Savi entre os primeiros candidatos do Podemos

Mauro Savi aparece logo após três parlamentares da legenda que já exercem mandato; levantamento também aponta adesão de novos eleitores

Entre os nomes do Podemos citados na pesquisa espontânea da PercentBrasil para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, os três primeiros colocados exercem atualmente mandato eletivo. Logo na sequência aparece Mauro Savi, primeiro nome da legenda entre os candidatos que hoje estão sem mandato.

O levantamento, registrado sob o número MT-03833/2026, ouviu 2.800 eleitores em todo o estado entre os dias 17 e 23 de agosto e mostra que, mesmo após um período afastado da vida pública, Savi permanece entre os nomes lembrados pelo eleitorado do partido.

O crescimento na pesquisa também indica que o apoio a Mauro Savi não está restrito

aos eleitores que acompanharam seus mandatos anteriores. A candidatura tem encontrado adesão entre jovens que tiveram contato com sua trajetória política por meio das próprias famílias e de ações desenvolvidas nos bairros.

É o caso do estudante Anthony Viriato Santos, de 16 anos, morador do bairro Três Barras. “Conheço o trabalho dele desde pequeno por causa do meu pai, que contou com o Mauro em vários momentos e sempre teve resposta”, afirma.

Este será o primeiro ano em que Anthony participará de uma eleição. Já decidido sobre o voto para deputado estadual, ele conta que vem pesquisando os demais candidatos antes de definir suas escolhas



para os outros cargos.

“Muitas pessoas pensam que a juventude não liga para política, mas a gente se importa sim e vai fazer a nossa parte”, diz.

A aproximação com um novo público também passa pelas ações comunitárias realizadas por Mauro Savi e sua esposa, Ruth, especialmente na área da saúde

envolvido pelo casal a partir dessas iniciativas. “Ele e a Ruth são muito próximos das pessoas, e é isso o que a população busca: um atendimento mais próximo e humano”, afirma.

Segundo Jenifer, sua expectativa é que, de volta à Assembleia Legislativa, Savi possa ampliar a atuação em pautas relacionadas à saúde e ao atendimento das famílias.

Além da presença na capital, Mauro mantém presença eleitoral em municípios do interior, especialmente na região norte do estado. Ao longo de mais de 20 anos de vida pública, sua atuação teve forte presença em cidades como Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop, com projetos, articulações e investimentos destinados aos municípios.

DONA AEDE

DIGITAL INFLUENCER

VAMOS CANCELAR A DENGUE DE VEZ.

COLOQUE AREIA NOS PRATINHOS DAS PLANTAS

ELIMINE FOCOS DE ÁGUA PARADA E CUBRA PNEUS E GARRAFAS

LIMPE CALHAS, PISCINAS E QUINTAIS

Governo de Mato Grosso